



A IMPORTÂNCIA DO ATOR POPULAÇÃO NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA HÍDRICA MULTINÍVEL: O CASO DA BACIA HIDROGRÁFICA TRANSFRONTEIRIÇA DO RIO QUARAÍ/CUAREÍM.

Aline Andressa Bervig ¹

Marlene Terezinha de Muno Colesanti ²

RESUMO

A busca por amenizar ou acabar com os conflitos é imprescindível atualmente, e essa realidade se encaixa, perfeitamente, no contexto de uma bacia hidrográfica transfronteiriça. Para se atingir o exposto anteriormente é necessária a participação de todos os atores envolvidos na governança desse recorte espacial, ou seja, tanto atores verticais e horizontais devem participar, na busca de tomadas de decisões para resolver os problemas. Nesse sentido, o ator população se faz um pilar fundamental no contexto da governança hídrica multinível. O objetivo desse trabalho foi demonstrar a importância da inserção do ator população no contexto da governança hídrica multinível, na busca de conhecer e solucionar problemas ambientais que acometem a bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/Cuareím. O método de estudo de caso, de abordagem qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios, realizados por meio de pesquisa bibliográfica. E os resultados que foram obtidos é que, realmente, o ator população é imprescindível no contexto da governança hídrica multinível na área de estudo desse trabalho.

Palavras-chave: população; governança hídrica multinível; governança multinível, bacia hidrográfica transfronteiriça; Rio Quaraí/Cuareím.

ABSTRACT

The search for easing or ending conflicts is currently essential, and this reality fits perfectly into the context of a transboundary watershed. To achieve the above, the participation of all actors involved in the governance of this spatial cut is necessary, that is, both vertical and horizontal actors must participate in the search for decision-making to solve the problems. In this sense, the population actor becomes a fundamental pillar in the context of multilevel water governance. The objective of this work was to demonstrate the importance of inserting the population actor in the context of multilevel water governance, in the quest to understand and solve environmental problems that affect the transboundary watershed of the Quaraí/Cuareím River. The case study method, with a qualitative approach, with descriptive and exploratory objectives, carried out through bibliographical research. And the results that were obtained are that, indeed, the population actor is essential in the context of multilevel water governance in the area of study of this work.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – PPGGeo – UFU. alinebervig@gmail.com

² Docente no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – PPGGeo – UFU. mmuno@hotmail.com



Keywords: population; multilevel water governance; multilevel governance, transboundary river basin; Quaraí/Cuareim River.

INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica é definida através de vários olhares, desde o mais técnico até o mais teórico. Indo no sentido do planejamento do território, ela é vista como um espaço básico para se realizar análises visando o desenvolvimento de ações e medidas estruturais e não estruturais com a ideia de integração entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão ambiental, indo ao encontro de governança. E a governança é fundamental, principalmente, quando a bacia hidrográfica se torna transfronteiriça, ou seja, que faz fronteira com dois ou mais países. Atualmente, aproximadamente, 40% da população mundial vive nessas áreas. (MENEZES, 2004).

A necessidade de exercer uma boa governança é evidente. Envolver os vários atores e em vários níveis propicia um ambiente que leva, em alguns casos, a discussão e a busca por problemas que acometem o local. E a inserção do ator população é atual e pode ser considerada peça-chave, pois, muitas vezes, é o ator que mais percebe os problemas dentro de uma bacia hidrográfica transfronteiriça.

Nesse sentido, o presente trabalho se justifica, pois colocar em evidência o ator população no cenário da governança, muitas vezes pode até evitar conflitos que possam acontecer em um curto ou médio prazo. Conhecer os problemas ambientais que acometem uma bacia hidrográfica transfronteiriça, auxilia e vai no sentido da sustentabilidade.

O objetivo principal desse trabalho foi demonstrar a importância da inserção do ator população no contexto da governança hídrica multinível, na busca de conhecer e solucionar problemas ambientais que acometem a bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/*Cuareím*.

METODOLOGIA

Caracterização da área de estudo

A bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/*Cuareím* é um afluente pela margem esquerda do Rio Uruguai, integrando a bacia do Rio da Prata. Ela possui uma

área de drenagem de cerca de 14.800 km², dos quais aproximadamente 6.700 km² (45%) em território brasileiro e cerca de 8.100 km² (55%) no extremo Noroeste do Uruguai. Esta é uma bacia transfronteiriça de águas compartilhadas entre o Brasil e o Uruguai, sendo a fronteira entre os países o curso principal do Rio Quaraí/*Cuareím* (PPGICBRQ, 2005; VILLANUEVA et al., 2002; JUNGES, 2013).

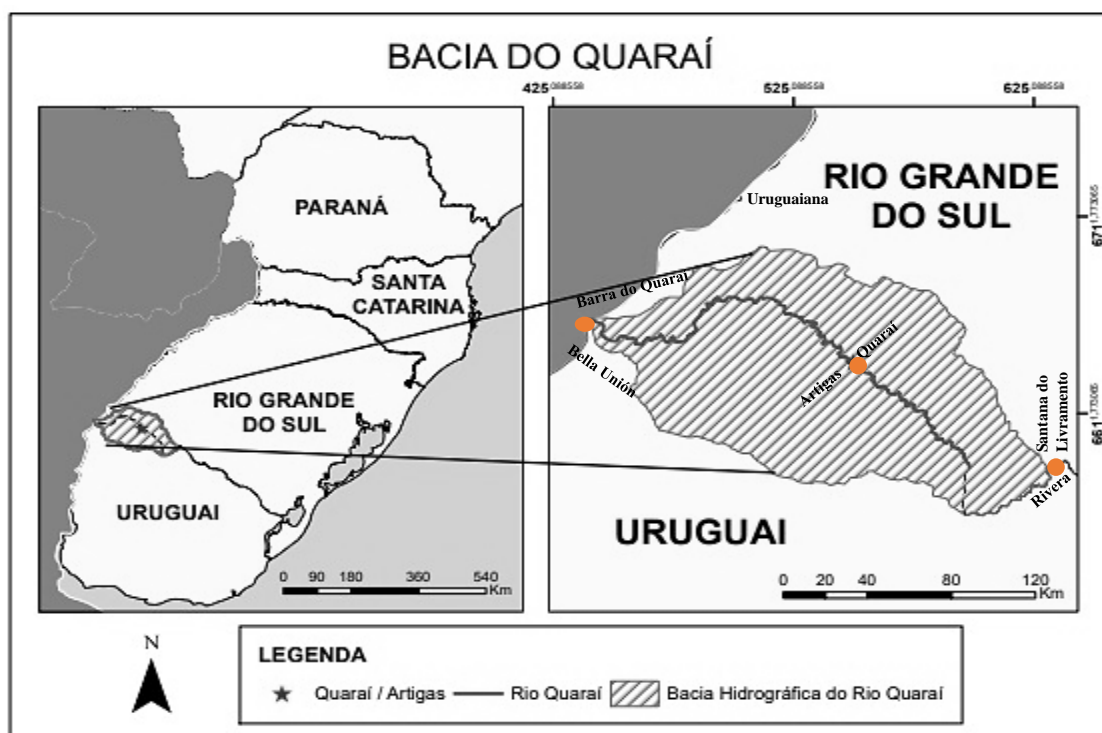


Figura 1 – Localização da bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/*Cuareím*

Fonte: MALAGUTTI, V. et.al. (2018)

Edição: BERVIG (2021)

O comprimento total da calha principal de drenagem é de 351 km, a diferença das cotas altimétricas, da nascente até o exutório, é de 326 metros, e a altitude média da bacia é de 200 metros. Situada entre os meridianos 55°35'W e 57°40'W e os paralelos 29°40'S e 30°55'S, a bacia apresenta, segundo a classificação climática de Köppen, um Clima Temperado Úmido, na variedade de Clima Subtropical do tipo "Cfa" (PPGICBRQ, 2005). Além disso, os solos são rasos, e isso acaba provocando tanto inundações quanto seca.

A bacia hidrográfica do Rio Quaraí/*Cuareím* está localizada no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, pertencendo a ela os Municípios de: Barra do Quaraí/RS, Quaraí/RS, Santana do Livramento/RS e Uruguaiana/RS. Já no Uruguai estão: Artigas/UY, *Bella Unión*/UY, *Rivera*/UY, os quais pertencem, respectivamente, aos Departamentos de Salto, Artigas e Rivera.



Sobre os métodos de estudo de caso

O método de estudo de caso, de abordagem qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios, realizados por meio de pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações e artigos científicos), documental (análise de leis, decretos, portarias, resoluções, estatutos, atas e projetos relacionados ao tema proposto).

REFERENCIAL TEÓRICO

O termo “governança” de forma ampla serve para denotar a soma dos regulamentos que são ocasionados por atores, processos, estruturas e justificado através da busca de resolução de um problema público comum. (Benz 2005; Mayntz 2005; Zürn 2005; Schuppert 2007)

Num primeiro ponto a governança agrega vários regulamentos, incluindo políticas, programas e até decisões na busca de remediar um problema público (um exemplo: se houver um conflito em uma bacia hidrográfica transfronteiriça).

Num segundo momento, a governança é muito colocada em prática quando os atores participantes precisam reivindicar algo e agir em nome de interesse coletivo ou de um bem comum. Nesse sentido pode-se mencionar a questão do uso da água numa bacia hidrográfica transfronteiriça, onde o uso exagerado de água do rio por um país pode impactar no outro país que utiliza da mesma água para a prática, tendo como exemplo a irrigação de suas lavouras e dessedentação animal e humana.

Já num terceiro ponto a governança é constituída de atores e processos que constituem um coletivo comum para uma ação, incluindo negociações para a criação de políticas públicas ou até de aplicabilidade daquelas já existentes.

E, por fim, num quarto ponto, a governança envolve algumas estruturas, incluindo instituições públicas e privadas, dados de informações socioeconômicos do local onde ela está sendo colocada em prática, dados históricos são trazidos para o meio da discussão na busca de ver o que sempre aconteceu no passado, buscar entender o presente e traçar um futuro mais adequado para resolução de problemas e, evidentemente, criar ou colocar em prática determinada política pública.

Isso tudo é imprescindível deixar bem claro para começar a compreensão do que é a governança multinível. Mas o que ela é de fato?



A governança multinível é “um sistema de contínua negociação entre governos ligados em diversos níveis territoriais”, além de inseridos dentro de redes políticas que ultrapassam os limites da esfera pública (MARKS apud BACHE & FLINDERS, p. 3). Desta forma, o conceito de governança multinível contém tanto a dimensão horizontal como a vertical. A palavra multinível se refere ao “aumento da interdependência de governos operando em diferentes níveis territoriais, enquanto governança “assinala o crescimento da interdependência entre atores governamentais e não-governamentais em vários níveis territoriais” (BACHE & FLINDERS, p. 3).

A governança multinível está focada no grande universo de bens públicos aos quais se tem acesso. E esses bens não devem ser gestados por uma única esfera de governo, mas há a necessidade de negociação entre diversas escalas na busca de uma decisão final de como gestá-los. E é nessa ocasião que adentram outros atores na governança. Muitas vezes esta negociação também envolve setores da sociedade, tais como empresas, organizações não-governamentais, escolas, entidades de classe, entre outros. (MARKS & HOOGHE, 2004, p. 16).

A governança multinível, múltiplos níveis, multiescalas, múltiplas jurisdições ou como é lido e estudado internacionalmente *multi-level governance*, surge com os estudos de Marks (1992) *Structural policy in the European Community*, onde nessa obra a ideia de governança multinível é abordada como uma forma de compreensão em relação ao surgimento da União Europeia. (AALBERTS, 2002, 2004; HOOGHE; MARKS, 2001, 2003; STEIN; TURKEWITSCH, 2008; PIATTONI, 2009; BEST, 2011; PANCERI, 2012; HENRICKS, 2015)

E a governança multinível auxilia na busca de tomadas de decisão, visando resolver problemas locais e diminuir a possibilidade de conflitos.

E para a gestão de conflitos, primeiramente, há a necessidade de saber qual tipo de processo e de coletividade de governança multinível que se deve colocar em prática. No mundo, criou-se vários tipos de governança que relacionam de forma formal ou informal, vertical e horizontal, e com menos ou mais atores. Dependendo do objetivo que se quer alcançar, a necessidade de envolvimento de mais atores se faz necessária, uma vez que a complexidade é maior e o consenso de todos é imprescindível para o sucesso. Os processos e os tipos de coletividade serão detalhados após o Quadro 1.



Processos			
Unidirecional (vertical ou horizontal)		Multidirecional (vertical e horizontal)	
Tipos de coletividades que envolvem a governança multinível			
Estruturas	Formal	<i>Top-down governance</i>	<i>Network governance</i>
	Informal	<i>Bottom-up governance</i>	<i>Side-by-side governance</i>
	Formal e Informal	<i>Market governance</i>	<i>Mobius-web governance</i>

Quadro 1 – Processos e tipos de coletividades que envolvem a governança multinível

Fonte: ROSENAU (2014)

Elaboração: a autora (2020)

Os processos são considerados de dois tipos. Primeiramente, unidirecional, onde esse envolve atores em níveis vertical ou horizontal. Essa consideração de envolvimento de atores de apenas um dos níveis acaba limitando os atores envolvidos, o que em muitas vezes acaba dificultando chegar à resolução de problemas. Ou esse tipo de processo é utilizado para situações menos complexas, que não envolvam problemas tão difíceis de serem solucionados. O segundo tipo é multidirecional, processo que já envolve atores em ambos os níveis, vertical e horizontal. Nesse sentido, já pode-se considerar que nessa situação a complexidade de resolução é maior. Além disso, nessa situação também deve ser considerada a pressão da própria sociedade de participar da tomada de decisões em vários locais do mundo.

No Quadro 1 o autor menciona alguns tipos de coletividade da governança multinível, nas quais existem alguns personagens fundamentais para que ela exista na prática, sendo eles:

- 1 – Governos públicos subnacionais e nacionais formados através de estruturas hierárquicas e baseados em constituições;
- 2 – Empresas transnacionais privadas com fins lucrativos, estruturadas de forma formal e que possuem um contrato social;
- 3 – Instituições formais com base em tratados e demais documentações;
- 4 – Atores subnacionais e ONG's sem fins lucrativos que perpassam tanto a coletividade formal quanto a informal;



5 – Atores internacionais ou transnacional sem fins lucrativos e ONG's informais muito ligadas, principalmente, com associações e movimentos sociais;

6 – Mercados informais e formais que conduzem os movimentos horizontais entre compradores e vendedores e produtores e consumidores. É o tipo de coletividade que mais perpassa entre o formal e o informal;

7 – A própria elite da sociedade, mas de forma desorganizada, que não vem com uma ideia já pré-formulada e organizada na busca das tomadas de decisões;

8 – A sociedade em geral.

Como nessa ocasião não serão debatidos todos os tipos de governança multinível se coloca em evidência a “*Bottom-up governance*” ela envolve 4 – Atores subnacionais e ONG's sem fins lucrativos que perpassam tanto a coletividade formal quanto a informal; 5 – Atores internacionais ou transnacional sem fins lucrativos e ONG's informais muito ligadas, principalmente, com associações e movimentos sociais; 8 – sociedade em geral.

Essa iniciativa de ressaltar esse tipo informal se dá pelo fato que está se trabalhando com a área da bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/*Cuareím*.

A água ou recurso hídrico quando adquire sentido econômico possui uma relação profunda com o Estado e a governança. Ela pode ser abordada com um olhar contemporâneo com base na governança hídrica multinível, pelo qual vários atores e níveis estão articulados na busca de tomadas de decisão, no contexto hídrico, onde a bacia hidrográfica transfronteiriça está inserida.

Nas décadas de 1960 e 1970, a política da água foi trabalhada no mundo com base no papel que o Governo federal (Estado) exercia como centralizador do poder. Era visível a hierarquia de comando “de cima para baixo”, ou seja, o Estado normalizava e legislava para os demais atores, Estados, Municípios, entre outros. Nas décadas de 1980 e 1990 começou a surgir uma modificação em direção aos princípios de subsidiariedade, descentralização e privatização, onde o mercado adquiriu uma importância significativa como instrumento para a gestão da água, sendo essa fortalecida com o abastecimento de água e o saneamento urbano. Já no final da década de 1990 e início dos anos 2000 começou a se ter um aumento das abordagens significativas. As comunidades, grupos e associações de usuários locais de água adquiriram papel nas tomadas de decisões.

A evolução da governança da água mudou e pode-se observar três agentes sociais:

- Estado, mercado e economia (produção e consumo) e sociedade civil e a comunidade



local (cidadãos individuais e grupos organizados fora do governo e do mercado e adquirem voz pública). (Ingram 2011; Pahl-Wostl et al. 2006; Pahl-Wostl 2007; 2015).

Muitas questões coletivas podem de fato ser tratadas de forma mais eficiente em nível local. As populações locais muitas vezes possuem conhecimento e experiência íntimos dos ecossistemas locais, bem como um senso de raízes e continuidade com um determinado lugar.

Conforme Finger et al. (2006, p. 11, 12):

O nível de governança local só foi reconhecido no contexto de maiores problemas globais, ou seja, no final da década de 1980 após a publicação do Relatório Brundtand. Além disso, a necessidade e o papel das ações locais foram reforçadas pela Agenda 21 acordada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) no Rio de Janeiro - Brasil, em 1992, que, por sua vez, incentivou os atores locais a desenvolverem sua própria Agenda 21 local. Como consequência, inúmeras iniciativas em todo o mundo foram lançadas. (FINGER. M, 2006, p. 11, 12)

É necessário ressaltar que as várias ações locais não podem ser analisadas de forma isolada, ou seja, elas estão ligadas a esfera global. Essa relação visa o fortalecimento da própria esfera local. A governança local é aquela baseada na resolução dos problemas locais, com base na vivência das pessoas que ali residem e que estão enfrentando os problemas. E é nesse momento que esses esforços coletivos locais se fortalecem nessa relação problema – solução. Em nível local, muitas vezes, surgem práticas de governança inovadoras e com conceitos a serem desenvolvidos e colocados em prol da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A governança multinível pode ser considerada, na sua essência, como integradora. Porém, o processo potencializa conflitos: mesmo com estruturas de relacionamento operacionais, o conflito está sempre latente, dada a diversidade de interesses e de sistemas de valores envolvidos. Mas é esse conflito latente que minimiza o risco de inércia e potencializa a inovação. Para gerir esta tensão permanente, que em parte se assume como a energia que alimenta e faz avançar estas estruturas, é indispensável a internalização de mecanismos para a gestão de conflitos (PEREIRA, 2013).



E para a gestão de conflitos, primeiramente, há a necessidade de saber qual tipo de processo e de coletividade de governança multinível que se deve colocar em prática. No mundo, criou-se vários tipos de governança que relacionam de forma formal ou informal, vertical e horizontal, e com menos ou mais atores. Dependendo do objetivo que se quer alcançar, a necessidade de envolvimento de mais atores se faz necessária, uma vez que a complexidade é maior e o consenso de todos é imprescindível para o sucesso. Conforme exposto no Quadro 1 anteriormente.

Os processos são considerados de dois tipos. Primeiramente, unidirecional, onde esse envolve atores em níveis vertical ou horizontal. Essa consideração de envolvimento de atores de apenas um dos níveis acaba limitando os atores envolvidos, o que em muitas vezes acaba dificultando chegar à resolução de problemas. Ou esse tipo de processo é utilizado para situações menos complexas, que não envolvam problemas tão difíceis de serem solucionados. O segundo tipo é multidirecional, processo que já envolve atores em ambos os níveis, vertical e horizontal. Nesse sentido, já pode-se considerar que nessa situação a complexidade de resolução é maior. Além disso, nessa situação também deve ser considerada a pressão da própria sociedade de participar da tomada de decisões em vários locais do mundo.

Essa multidirecionalidade da governança multinível ocasiona a necessidade de reflexão mais aprofundada acerca dos tipos de coletividades que ela ocasiona.

Dentre as apresentadas no Quadro 1, Rosenau (2014) trabalha com a formalidade e a informalidade. Nesse trabalho se dará mais ênfase a informalidade, onde o estudo de caso da Bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/*Cuareím* está inserido.

Nessa localidade existe uma Comissão Mista uruguaia-brasileira para o desenvolvimento da bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/*Cuareím*. O Uruguai e o Brasil, ambos os países localizados na bacia do Rio da Prata, com seus tratados e acordos, têm afirmado e reiterado a necessidade de uma convivência conjunta relacionada à utilização e à gestão dos recursos hídricos, que beneficiará todos os cidadãos que vivem na bacia hidrográfica do Rio Quaraí/*Cuareím*. Na visão de Arcelus; Goldenfum (2005) as principais razões para a gestão coordenada da bacia hidrográfica Transfronteiriça do Rio Quaraí/*Cuareím* são: o aumento da concorrência para a utilização dos recursos hídricos e as recomendações decorrentes das conferências e fóruns internacionais sobre água, incentivando os países a estabelecer mecanismos e procedimentos para gestão partilhada das bacias transfronteiriças. Em ambas a população



está muito envolvida e participando ativamente A **Figura 2** demonstra a organização da comissão.

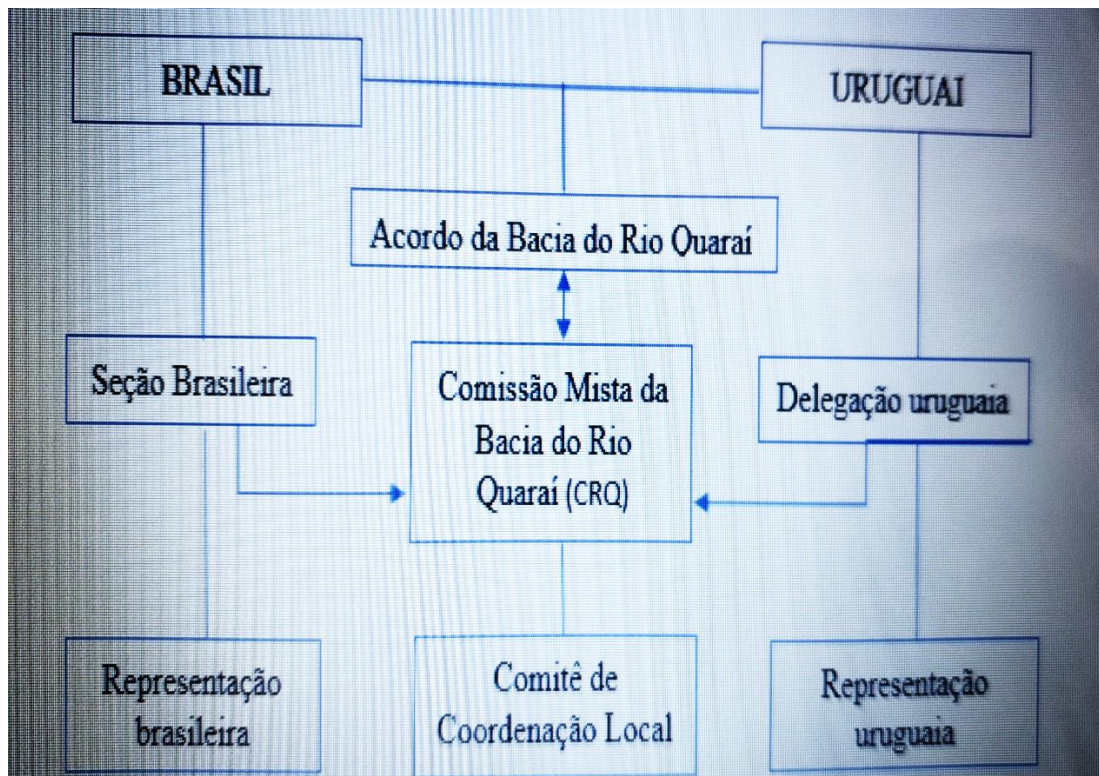


Figura 2 - Organograma referente a Comissão Mista da Bacia do Rio Quaraí (CRQ)

Fonte: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no Brasil

Organização: a autora (2020)

Tanto na representação brasileira quanto uruguaia a população é atuante, tanto é que existem encontros de ambos os lados caracterizando um exemplo de governança conhecido como “*bottom-up governance*”, ou seja, o movimento dela é de baixo para cima, e nesse sentido a população se encaixa com harmonia.

A “*Bottom-up governance*” envolve atores subnacionais e ONG’s sem fins lucrativos que perpassam tanto a coletividade formal quanto a informal, atores internacionais ou transnacional sem fins lucrativos e ONG’s informais muito ligadas, principalmente, com associações e movimentos sociais e a sociedade em geral. Onde esse é a população foco desse trabalho e ator tão importante para conhecer o local, obter informações acerca dos problemas ambientais e até mesmo ser inserido no contexto da tomada de decisões para saná-los.

Cada uma dessas estruturas de governança multinível possui características específicas, e que ao longo do tempo foram sendo melhoradas, ou seja, o acréscimo de



novos atores acaba auxiliando a organização do pensamento e, conseqüentemente, na resolução dos problemas com legitimidade, responsabilidade, transparência e na busca de eficácia com os vários níveis de governança.

Esses vários atores e níveis da governança multinível, quando há harmonia entre os envolvidos, faz com que se ocorra uma tendência ao sucesso da cooperação, demonstrando que a fragmentação é prejudicial e só viria a interromper a trajetória na busca de resolução de problemas.

Além do exposto anteriormente, a comunicação entre os atores horizontais e verticais é imprescindível nesse cenário. Conforme Rosenau (2014, p. 48), “as condições para o surgimento de uma série de consensos dentro e entre sociedades nunca existiram tanto quanto hoje. As habilidades de indivíduos e as orientações das organizações que apoiam são cada vez mais propício à convergência em torno de valores compartilhados.” E para se chegar à cooperação e em valores compartilhados é necessário que os aspectos mencionados anteriormente estejam em conexão e com vontade de solucionar os problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os apontamentos anteriores, pode-se perceber que a participação do ator população no contexto da governança hídrica multinível na bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/*Cuareim* é imprescindível na busca de solucionar problemas existentes nesse recorte espacial.

A população é, na grande maioria das ocasiões, a que mais percebe e sente os problemas que acometem, por isso a participação dela nas tomadas de decisões é atual, dinâmica, simples e muito importante.

O diálogo entre todos os atores dessa bacia hidrográfica transfronteiriça só tende a aumentar a possibilidade de cooperação e de pacificação.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, pela concessão de uma cota de bolsa de Doutorado, para que eu possa me dedicar, exclusivamente, ao curso de Doutorado. Sendo assim, posso produzir trabalhos afins e divulgar o meu trabalho e minhas pesquisas em anais de eventos e revistas científicas.



REFERÊNCIAS

AALBERTS, T. E. Multilevel governance and the future of sovereignty: a constructivist perspective. **Working Papers Political Science**, Amsterdam, n. 4, p. 1-23, dec. 2002. Disponível em: <https://research.vu.nl/en/publications/multilevel-governance-and-the-future-of-sovereignty-a-constructiv>. Acesso em 06 de outubro de 2020.

ARCELUS, A.; GOLDENFUM, J. A. **Projecto Piloto de Gestión Integrada de Crecidas en la Cuenca del Río Cuareím**. Informe Final. OMM/GWP. Uruguay (2005).

BACHE, Ian & Flinders, Matthew. Themes and issues in multi-level governance. In: Bache, I. & Flinders, M. (Ed.). **Multi-level governance**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 1-11

BENZ, Arthur, 'Governance im Mehrebenensystem', in G.F. Schuppert (ed.), *Governance- Forschung: Vergewisserung über Stand und Entwicklungslinien*, Baden-Baden: **Nomos**, 2005. p. 95–120.

BEST, N. J. **Cooperação e multi-level governance: o caso do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano**. 2011. 215 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

FINGER. M., TAMIOTTI, L., ALLOUCHE J. **The Multi-Governance of Water – four case studies**. State University of New York Press. 2006.

HENRICHES, Joanni A. **Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira**. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, 2015.

HOOGHE, L.; MARKS G.. Types of multi-level governance. **European Integration online Papers**, v. 5, n. 11, jun. 2001. Disponível em: <http://eiop.or.at/eiop/texte/2001-011.htm>. Acesso em 06 de outubro de 2020.

INGRAM, H. Beyond universal remedies for good water governance. In A. Garrido, & Ingram, H. **Water for Food in a changing World**. (pp. 241–261, Contributions from the Rosenberg International Forum on Water Policy). Milton Park: Routledge. (2011).

JUNGES, D. M. TRENTIN. R. **A Demanda de Água Para Orizicultura e Gestão Transfronteiriça a Partir do Uso do Solo na bacia Hidrográfica do Rio Quaraí**. Eixo: Bacias hidrográficas, processos fluviais e as repercussões sobre o espaço geográfico. XV Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada: Uso e Ocupação da Terra e as Mudanças das Paisagens. Vitória (ES), 8 a 12 de julho de 2013. Departamento de Geografia. CCHN. UFES.



MALAGUTTI, V; KIRCHHEIM, R.; SUHOGUSOFF, A. **Estudo hidrogeológico e modelo conceitual de fluxo de água Subterrânea e superficial na bacia transfronteiriça do Quaraí, Brasil/Uruguai**. XX Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas. Campinas/SP; 2018.

MAYNTZ, Renate, ‘Governance Theory als fortentwickelte Steuerungstheorie?’, in G.F. Schuppert (ed.), *Governance- Forschung: Vergewisserung über Stand und Entwicklungslinien*, Baden- Baden: **Nomos**, 2005. p. 11–20.

MARKS, Gary; HOOGHE, Liesbert. *Contrasting visions of multi-level governance*. BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Ed.). **Multi-level governance**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 15 a 30.

MENEZES, Vitor Hugo Mota de, **Poluição transfronteiriça: sua proteção jurídica em face da soberania**. Dissertação de Mestrado em Direito Ambiental da Universidade Federal do Amazonas – UFA. 2004.

PAHL-WOSTL, C. Transition towards adaptive management of water facing climate and global change. **Water Resources Management**, 21(1), 49–62, 2007.

_____ A conceptual framework for analysing adaptive capacity and multi-level learning processes in resource governance regimes. **Global Environmental Change**, 19, 354–365, 2009.

_____ **Water Governance in the Face of Global Change - From Understanding to Transformation**. Springer International Publishing Switzerland, 2015.

PANCERI, J. W. **União europeia, a evolução de seu processo e a conformação de suas teorias: uma abordagem da emergente teoria da governança de múltiplos níveis**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PEREIRA, M. Da governança à governança territorial colaborativa. Uma agenda para o futuro do desenvolvimento regional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, a. 3, n. 2, p. 52-65, 2013.

PIATTONI, S. **Multi-level governance in the EU: does it work?** In: *GLOBALIZATION AND POLITICS: A CONFERENCE IN HONOR OF SUZANNE BERGER*, 2009, MIT, Cambridge, Massachusetts. Disponível em: Acesso em: 06 de outubro de 2020.

PPGICBRQ, 2005. **Projeto Piloto de Gestão Integrada de Cheias na Bacia do Rio Quaraí. Informe Final**. DNH (*Dirección Nacional de Hidrografía del Uruguay*) e IPH (Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Brasil).



ROSENAU, J. **Along the Domestic-Foreign Frontier. Exploring Governance in a Turbulent World.** Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

_____ **Strong Demand, Huge Supply: Governance in na Emergent Epoch.**
In: Paper Conference “Multi-level Governance: Interdisciplinary Perspectives.”
University of Sheffield, 2001.

SCHUPPERT, Gunnar F., **Was ist und wozu Governance?**, Die Verwaltung. Zeitschrift für Verwaltungsrecht und Verwaltungswissenschaften, 2007. p. 463-511.

STEIN, M.; TURKEWITSCH, L. The concept of multi-level governance in studies of federalism. In: INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION (IPSA) - International Conference “**International Political Science: New Theoretical and Regional Perspectives**”, 2008, Montreal. Disponível em: <
<http://pdfrelease.net/3087220/The-Concept-of-Multi-level-Governance-in-Studies-of-Federalism>>. Acesso em 06 de outubro de 2020.

VILLANUEVA, A. O. N.; VIEGAS, J. S.; TRÖGER, F. H., 2002. **Gestão Integrada de Inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí / Cuareim (Brasil/Uruguai).** Recompilação das Informações Básicas Existentes e Diagnóstico Preliminar (lado brasileiro). IPH/UFRGS, Global Water Partnership, Organização Meteorológica Mundial.

ZÜRN, Michael, Global Governance, in G.F. Schuppert (ed.), Governance- Forschung: Vergewisserung über Stand und Entwicklungslinien, Baden- Baden: **Nomos**, 2005. p. 121-46.